



COLONIALISMO, RACISMO E A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO HUMANA: raça, classe e gênero no enfrentamento ao capital

Claudia Alves Durans¹
Rosenverck Estrela Santos²
Claudicea Alves Durans³
Claudimar Alves Durans⁴

Resumo

O racismo é uma *práxis* econômica, social, cultural e política, originada no contexto da expansão do capitalismo comercial no século XVI, para justificar a exploração e opressão contra os povos africanos e indígenas, bem como os seus descendentes, visando explorar força de trabalho e extrair riqueza para o colonizador. Esse tipo de exploração do trabalho produziu riquezas e proporcionou a acumulação de capital necessária para que o capitalismo se tornasse hegemônico tanto como o modo de produção econômico quanto um modelo civilizacional baseado em diversas formas de discriminação e hierarquização da diferença. O sistema do capital utiliza-se das diferenças entre os seres humanos para impor seus privilégios econômicos, sociais, políticos e culturais, retirando a mais-valia, por um lado, e, por outro, ampliando as desigualdades entre os próprios membros da classe trabalhadora, em especial, mulheres, negros, latinos, indígenas, LGBTQIA+. Dessa forma, vencer o racismo, as diversas formas de opressão e a discriminação, bem como construir a emancipação humana só será possível enfrentando e destruindo o capitalismo, unindo a classe trabalhadora em torno de interesses comuns. Eis um dos grandes desafios para a Emancipação Humana. No Brasil, raça e racismo são essenciais em nossa formação social capitalista, demarcando hierarquias sociais e raciais e uma mentalidade eurocêntrica. A classe trabalhadora negra, na luta contra o racismo e o movimento negro, na exigência por “igualdade racial”, exigiram dos governos a implementação de políticas centralizadas no recorte racial que resolvessem a questão negra. Este artigo, portanto, pautado pela análise qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentado no materialismo histórico-dialético, propõe debater essa temática tão desafiadora na contemporaneidade, abordando temas relativos às políticas de igualdade racial, bem como as condições socioeconômicas das mulheres negras, a partir da perspectiva do materialismo histórico. Nesse sentido, este texto analisa alguns pressupostos da política de promoção da “igualdade racial” e suas possibilidades de garantir ou não a igualdade de raça. Destaca-se como o racismo tem relação estruturante com o modo de produção capitalista e avaliam-se as discussões, ações e contradições das propostas das entidades do movimento negro. Por fim, discutimos as práticas políticas necessárias para a conquista da emancipação humana e igualdade social.

Palavras-chave: Racismo; política de promoção da igualdade racial; formação social capitalista; emancipação humana.

COLONIALISM, RACISM AND THE STRUGGLE FOR HUMAN EMANCIPATION: race, class and gender in the fight against capital

Abstract

Racism is an economic, social, cultural and political praxis, originating in the context of the expansion of commercial capitalism in the 16th century, to justify the exploitation and oppression of African and indigenous peoples, as well as their descendants, aiming to exploit the workforce and extract wealth for the colonizer. This type of labor exploitation produced wealth and provided the accumulation of capital necessary for capitalism to become hegemonic, both as a mode of economic production and as a civilizational model based on various forms of discrimination and hierarchization of difference. The capital system uses the differences between human beings to impose its economic, social, political and cultural

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social/UFPE, Professora do Departamento de Serviço Social/UFMA. E-mail: claudia.durans@ufma.br

² Historiador, Doutor em Políticas Públicas/UFMA, Professor do Curso de Licenciatura em Estudos Africanos/UFMA. E-mail: re.santos@ufma.br

³ Pedagoga, Doutora em Políticas Públicas/UFMA, Professora do Instituto Federal do Maranhão/IFMA. E-mail: claudiceadurans@yahoo.com.br

⁴ Graduada em Letras, Doutoranda em História, Professora da Rede Municipal de São Luís.

privileges, removing surplus value, on the one hand, and widening inequalities among members of the working class, especially women, black, Latino, indigenous, LGBTQIA+, on the other. In this way, racism, the various forms of oppression and discrimination, as well as the construction of human emancipation will only be possible by confronting it by destroying capitalism and uniting the working class around common interests. This is one of the great challenges for Human Emancipation. In Brazil, race and racism are essential in our capitalist social formation, demarcating social and racial hierarchies and a Eurocentric mentality. The black working class, in the fight against racism and the black movement, in demanding “racial equality”, demanded from governments the implementation of policies centered on racial issues that would resolve the black issue. This article, therefore, guided by qualitative, bibliographic and documentary analysis, based on historical-dialectical materialism, proposes to debate this very challenging topic in contemporary times, addressing themes related to racial equality policies, as well as the socioeconomic conditions of black women, based on from the perspective of historical materialism. In this sense, this text analyzes some assumptions of the policy to promote “racial equality” and its possibilities of guaranteeing or not guaranteeing racial equality. It highlights how racism has a structuring relationship with the capitalist mode of production and evaluates the discussions, actions and contradictions of the proposals of black movement entities. Finally, we discuss the political practices necessary to achieve human emancipation and social equality.

Keywords: Racism; policy to promote racial equality; capitalist social formation; human emancipation.

Artigo recebido em: 19/04/2024 Aprovado em: 20/07//2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.19>

1 INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que a emancipação da classe trabalhadora negra não será possível se a humanidade permanecer dividida em raças e classes. Isto quer dizer que a população negra em sua luta por emancipação terá que construir uma formação socioeconômica onde não exista negros e brancos, ricos e pobres, portanto onde não existam mais divisões e classificações raciais e sociais. A raça e o racismo foram edificados, no contexto do colonialismo, para dominar, explorar e dividir, como já destacou Williams (2012) Mbembe (2014). Não por acaso, Mbembe (2014, p. 43) afirma:

O Negro é de facto o elemento central que, ao mesmo tempo que permite criar, através da plantação, uma das mais eficazes formas de acumulação de riqueza na época, acelera a implantação do capitalismo mercantil, do trabalho mecânico e do controlo do trabalho subordinado. Nesta altura, a plantação representa uma inversão de formato, e não simplesmente do ponto de vista da privação de liberdade, do controlo de mobilidade da mão de obra e da aplicação ilimitada da violência. A invenção do Negro abrirá igualmente caminho a inovações fundamentais nos domínios do transporte, da produção, da comercialização e dos seguros.

Há ainda, no contexto da sociedade capitalista, uma combinação de machismo e racismo para impor às mulheres negras um cotidiano de exploração, opressão e violência. Segundo dados do IBGE, as mulheres negras compõem cerca de 28% que, somado à população total de negros, chega a um percentual de 54,9% da população total, ou seja, a população negra no Brasil possui em torno de 57,7 milhões de pessoas que vivem uma realidade comum de desigualdades socioeconômicas, racismo e violência.

Em se tratando das mulheres negras, o quadro social ainda é pior, estão na base da pirâmide social, numa situação de vulnerabilidade e em condições sociais precárias, como atesta pesquisa do IPEA:

21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada — contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado alarmante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama — contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens (IPEA, BRASIL Retrato DAS DESIGUALDADES GÊNERO RAÇA).

Outro aspecto que marca profundamente o cotidiano das mulheres negras é a violência. No caso da violência doméstica e feminicídio, as negras são em torno de 62% das vítimas de feminicídio e cerca de 70,7% de mortes violentas, ou seja, mortes provocadas intencionalmente. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2022 destaca que essas violências estão combinadas com as desigualdades econômicas e sociais, o racismo e intolerância religiosa. Para contextualizar com outra dimensão da desigualdade, podemos citar o caso da saúde da população

negra. Há muito os movimentos negros denunciam como a saúde da população negra é tratada, denunciando que população negra é mais suscetível a algumas doenças: diabetes, tuberculose, doença renal e hipertensão, e ainda maior incidência da anemia falciforme. Nesse sentido, no seio da população negra, está um número elevado de pessoas do chamado grupo de risco.

O racismo institucional funciona como uma espécie de mecanismo de impedimento de acesso das pessoas negras ao serviço de saúde, trazendo enormes prejuízos no seu processo de saúde, já que, por vezes, causa uma morte que poderia ser evitável e prevenível ou até mesmo antecipando essa morte que poderia acontecer de modo tardio (SERRA, 2020).

Dados do Plano Nacional de Saúde mostram que 67% dos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS são negros (pretos e pardos); porém, o acesso dessa população é menor que da população branca, e 23,3% de negros e negras já se sentiram discriminados no sistema de saúde. Além disso, fatores como renda, escolaridade e distância do local de moradia até os serviços de saúde contribuem para dificultar esse acesso. Mesmo quando negros e brancos estão em condições de igualdade socioeconômica, ao acessar o serviço de saúde são preteridos, inclusive nas filas de atendimento. O Brasil até mesmo já foi condenado por racismo diversas vezes, por órgãos internacionais, além de que em 2011 foi condenado por violação a direitos de grávidas negras e indígenas pela ONU (SERRA, 2020).

No mínimo duas conclusões podemos tirar dessa realidade. A primeira é que a estrutura capitalista gera todas as formas de violência na sociedade: é, portanto, uma racionalidade intencional, imposta por uma lógica econômica de produção da riqueza pelos trabalhadores e apropriação indevida dos lucros pelos grandes grupos econômicos. Há que se destacar que esse modelo de sociedade faz o uso de recursos naturais de forma excessiva, destruindo o meio ambiente. Portanto, esse sistema é destruidor das relações humanas e da natureza, e se utiliza da opressão e exploração para impor à classe trabalhadora o seu padrão de vida como algo natural e universal.

A segunda conclusão é que, a partir dessas desigualdades impostas pelo sistema e sua burguesia, que atingem toda a classe trabalhadora, pressupomos que há setores da classe que são mais afetados que outros, a ponto de estarem em situação de vulnerabilidade — é o caso das mulheres negras, como já assinalamos anteriormente. Nessa direção, o único caminho para a emancipação da classe trabalhadora negra e de mulheres negras é a destruição do sistema capitalista que gera exploração e opressão. Assim, devemos criar nenhuma ilusão de que qualquer reforma poderá humanizar o capitalismo.

O caminho deve ser o de construir um verdadeiro projeto de igualdade e emancipação humana que alcance não apenas o jurídico mas o político, social e econômico, ou seja, é uma luta pelo

poder pelos trabalhadores, vinculada a um programa, a uma política e pela construção de uma outra sociedade.

Dessa maneira, a luta contra o racismo e machismo é uma questão crucial a ser resolvida pela classe trabalhadora brasileira e pelos movimentos sociais emancipatórios. Isso porque ela é resultado do processo de colonização que traficou e transformou homens e mulheres africanas em escravizados, e m objetos sexuais, que gerou e gera situação de desigualdades econômicas e sociais — um problema ligado à estrutura histórica e atual do país.

Esse é também um tema de caráter internacional a ser resolvido, pois o colonialismo imperialista atuou nos continentes asiático, americano e africano, gerando genocídios de povos indígenas e africanos, traficando e escravizando populações inteiras, além de submeter as mulheres negras ao trabalho forçado, sem qualquer tipo de direito, negando-lhes a humanidade. Essa situação de subalternidade em uma estrutura de desigualdade sociorracial continua até os dias de hoje.

Nessa direção, algumas questões emergem: a realidade da classe trabalhadora negra e de mulheres negras no Brasil, desde a gênese da formação social é de extrema desigualdade; então, como superar as mazelas impostas pelo capitalismo para conquistar a emancipação? Que orientações ideológicas têm influenciado a classe trabalhadora negra e as mulheres negras para o enfrentamento dessa questão social? As políticas promoção da “igualdade racial” têm condições efetivas de gerar igualdade e emancipação?

Estamos no campo da perspectiva teórico-metodológica que utiliza o método do materialismo histórico-dialético. Por seus fundamentos, esse método busca apreender a realidade estudada inserida numa totalidade orgânica, complexa e contraditória. Nesse sentido, busca apreender a particularidade do fenômeno investigado, como síntese de múltiplas determinações que são históricas, econômicas, sociais, políticas, culturais etc. Assim, este texto expressa uma aproximação sobre as condições da classe trabalhadora negra, dando destaque para a questão das mulheres negras.

Acreditamos que a luta antirracista e contra o machismo não deva ser uma luta essencialista entre raças ou entre homens e mulheres, mas contra as condições materiais e intelectuais que produzem e reproduzem o racismo. Do contrário, combate-se o “agente” do racismo e do machismo, mas deixam-se intactas as condições estruturantes que os sustentam. O antirracismo e o combate ao machismo se tornam apenas lutas subjetivas entre brancos e negros, homens e mulheres, ficando a exploração e a opressão intocadas em suas condições materiais e intelectuais de existência. Nossa perspectiva é outra, e a caracterizaremos nas próximas linhas.

2 POLÍTICA DE “IGUALDADE RACIAL” E SUAS INTERSEÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Diante das reflexões apresentadas, afirmamos que qualquer proposta de combate ao racismo e ao machismo que venha a ser forjada mantendo as relações de opressão e exploração, bem como as raças e as divisões de classe, não resultará em um mundo com emancipação efetiva para a classe trabalhadora.

Para início de articulação de nossas ideias e problematizações, nos colocamos os seguintes questionamentos: qual seria a causalidade fundamental — raça, classe ou gênero — da hierarquização societária e a característica do principal problema da desigualdade no Brasil? Quais as condições e os projetos estratégicos deveríamos ter para conquistar a emancipação humana? Diante dessas problematizações e referenciados em Marx (2010, p. 71, grifo do autor), buscamos fazer uma: “[...] crítica inescrupulosa da realidade dada; inescrupulosa tanto no sentido de que a crítica não pode temer os seus próprios resultados quanto no sentido de que não pode temer os conflitos com os poderes estabelecidos”.

Com as políticas públicas de promoção da “igualdade racial”, assistimos uma intensificação da polêmica que colocou, de um lado: racialistas e um setor do movimento negro, para os quais todo o problema da desigualdade social no Brasil tem a ver, exclusivamente, com o racismo contra população negra; e, de outro, alguns setores da esquerda, sindicalistas e intelectuais que consideram o problema da desigualdade social fruto, unicamente, da exploração econômica que sofre a classe trabalhadora em seu conjunto, colocando em segundo plano o papel do racismo.

Buscamos discutir a questão social e sua conexão com a questão étnico-racial, percebendo as limitações que ainda existem no entendimento da formação social brasileira e das ações necessárias para combater a desigualdade social e étnico-racial da população negra. Assim, destacamos os vínculos umbilicais entre a gênese e desenvolvimento do capitalismo, com a origem e o desenvolvimento do racismo. O capitalismo nasceu jorrando sangue por todos os poros, se utilizou e se beneficiou do trabalho e do sangue negro para o seu processo de acumulação de capital. O Brasil, como uma das principais colônias escravistas do planeta, não apenas foi fundamental nesse processo como foi palco de inúmeras teorias raciais que buscaram a legitimação e naturalização das relações sociais capitalistas e do racismo antinegro.

Na contemporaneidade, o desenvolvimento das forças produtivas, que ao mesmo tempo são forças destrutivas, atinge na mundialização neoliberal um salto qualitativo que tem levado a processos de destruição da própria humanidade. O arsenal bélico, a biogenética, os conhecimentos científicos e biológicos podem devastar a natureza e os seres humanos como nunca foi possível na

história. Nesse sentido, concluímos que o capitalismo, não importa a sua forma, não tem condições de responder ao desafio de preservar em equilíbrio a natureza e a humanidade. Qualquer projeto de sociedade emancipadora ou igualdade não pode ignorar essa perspectiva (AMIM, 2003).

Como diz Mészáros (2011, p. 810):

A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição — [...] — indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos.

O capitalismo chegou a um patamar histórico de desenvolvimento industrial e conhecimento científico que teria condições de resolver os grandes problemas da humanidade; porém, por sua lógica e comando, existe uma dimensão destrutiva que o impede de exercer essa tarefa.

Para a atual conjuntura, que se sustenta na crise estrutural e, portanto, na crise da civilização capitalista, as classes dominantes atreladas à hegemonia capitalista buscam responder com mais mercantilização da vida. À vista disso, temos: mercantilização e privatização da saúde; mercantilização e privatização da educação; mercantilização e privatização dos fundos de pensão; mercantilização e privatização da pesquisa científica; mercantilização e privatização da propriedade intelectual, industrial, cultural e artística; mercantilização e privatização dos recursos naturais; mercantilização e privatização em geral. “Os termos de escolha hoje não são diferentes daqueles definidos por Rosa Luxemburgo em 1918: socialismo ou barbárie” (Amim, 2003, p. 303).

As organizações sociais da classe trabalhadora e das entidades dos movimentos sociais negro e das mulheres devem se posicionar contra o discurso neoliberal e seus impactos na organização do Estado e da sociedade, pois esses não podem trazer outra consequência senão:

[...] a polarização da riqueza, a deteriorização por vezes dramática das condições de vida impostas a povos inteiros, em particular aos trabalhadores, às mulheres e aos autóctones — a destruição acelerada do meio ambiente e a dissolução das especificidades culturais (AMIM; HOUTART, 2003, p. 11).

Ao longo deste texto, questionamos a celeuma que desnecessariamente reproduz uma separação entre raça, gênero e classe, como se não fizessem parte de um mesmo movimento de dominação burguesa e capitalista. Chegamos à conclusão de que essa antinomia entre raça e classe serve a interesses e propósitos de dominação de classe e exploração capitalista e por isso é reforçada, valorizada e reproduzida pelas instituições de Estado, tendo a escola, a mídia e a educação como instrumentos fundamentais desse processo.

É por essa razão que setores do sindicalismo e da esquerda brasileira teimam em não aceitar a raça como fator estruturante da desigualdade social e da própria constituição do capitalismo, desconsiderando a unidade raça e classe na luta pela emancipação humana e transformação radical

do Brasil — por isso não conseguem avançar em suas demandas pela transformação da sociedade. Por outro lado, é essa antinomia que explica por que grupos racialistas são tão fervorosos opositores aos marxistas, ao comunismo, à luta de classes ou projetos de destruição do capitalismo, pois não conseguem conceber a articulação entre racismo e capitalismo, a não ser na dimensão do consumo e das relações superestruturais.

Pela análise e crítica da política de promoção da “igualdade racial”, chegamos à conclusão de que é preciso demarcar os seus limites sem, contudo, considerá-la inútil ou desnecessária. Muito pelo contrário, afirmamos e reafirmamos a importância dessa política, mesmo com todas as limitações. Nossa intenção, no entanto, é desvelar seus fundamentos teóricos, práticas e razões políticas para averiguar e interrogar suas implicações para a luta antirracista.

Como diz Mézáros (2011, p. 305, grifos do autor):

A definição das questões em jogo em termos de “igualdade de oportunidades” está nas mãos dos que anseiam por evitar qualquer mudança nas relações de poder prevaletentes e nas correspondentes hierarquias estruturalmente impostas, oferecendo uma promessa irrealizável de “oportunidade igual” diante dos critérios da desigualdade social como cenoura inalcançável na frente do burro. A promessa de “imparcialidade” e justiça em um mundo dominado pelo capital só pode ser o alibi mistificador para a permanência da *desigualdade substantiva*.

Isso não quer dizer que igualdade jurídica ou discutir a raça e gênero como critérios analíticos e sociais para se refletir a sociedade estejam descartados ou inúteis na conquista de mais direitos à classe trabalhadora negra e às mulheres negras. Tudo isso é importante e fundamental, porém devemos ter lucidez de que são insuficientes na destruição do racismo, do machismo e na eliminação das desigualdades sociais, caso as classes, a desigualdade de gênero e as raças se mantenham como condições estruturantes da organização e divisão da formação social capitalista.

Por essas razões que afirmamos e reafirmamos que não é possível ser antirracista, sem ser anticapitalista; que não é plausível ser anticapitalista, sem ser antirracista. Consideramos que não é realizável ser antirracista sendo reformista, aceitando o capitalismo como *fim da história* e buscando se adaptar aos seus mecanismos de dominação. Não é factível ser antirracista aceitando o capitalismo como sociabilidade possível de existência. Acreditar que é viável reformar e humanizar o capitalismo, no sentido de combater o racismo, empoderando a população negra e criando uma geração de empreendedores afros é desconhecer as origens e as formas de produção e reprodução da dominação racial.

Consequentemente, ser antirracista é lutar contra o racismo e, ao mesmo tempo, lutar contra a condição material e intelectual que corrobora na gênese e reprodução do racismo, qual seja: o capitalismo. Isso vale para os anticapitalistas e para os socialistas, pois, acreditar que depois de uma Revolução Socialista, num passe de mágica, o racismo iria se desfazer por conta própria é

desconhecer a origem e os mecanismos de reprodução do capitalismo e das formas de sociabilidade baseadas na desigualdade e opressão.

Logo, a consciência racial e o antirracismo são condições fundamentais para a destruição do capitalismo e para construção de uma humanidade emancipada com igualdade substantiva. Diversidade, identidade, consciência étnico-racial e consciência de classe, tudo isso é necessário e imprescindível, mas insuficiente se as condições da sociedade permanecerem desiguais.

Nossa luta não é para destruir um poder monocromático branco, colocando em seu lugar um poder monocromático negro ou uma diversidade colorida multicultural mantendo-se a desigualdade social para a grande maioria da população brasileira, que é negra. O Projeto antirracista, ao contrário, deve ser um projeto de igualdade substantiva e emancipação humana. É projeto de sociedade onde as classes e raças não existam enquanto condições e marcadores de desigualdade. Uma sociedade na qual a humanidade plena seja realizada e a verdadeira história humana possa iniciar sem distinções de qualquer espécie: raça, classe e gênero.

Por conseguinte, uma crítica radical à sociedade capitalista e às suas formas de Estado, educação, trabalho, direito, princípios de igualdade liberal etc. é fundamental na busca pela emancipação humana. A igualdade verdadeira é incompatível com o sociometabolismo do capital; então, a igualdade racial pretendida pelas entidades do movimento negro e destacada na legislação da política de promoção da “igualdade racial”, por melhor que seja a intenção, transforma-se num engodo político se o objetivo estratégico final não for a destruição da formação social capitalista — e isso é amplamente provado pelos números crescentes da violência e miséria que atinge a classe trabalhadora negra.

No lugar da vaga fraseologia [...] “pela eliminação de toda a desigualdade social e política”, dever-se-ia dizer que, com a abolição das diferenças de classes, desaparece por si mesma toda a desigualdade social e política delas derivadas (MARX, 2012, p. 39). Nesse sentido, torna-se imprescindível para emancipação humana, afirmarmos a necessidade vital de aliarmos a luta anticapitalista com a luta antirracista.

E se como diz Marx (2012), para conquistar a emancipação humana, necessitamos de uma revolução radical, e não apenas mudanças parciais ou políticas, deixando praticamente intactas as estruturas da sociedade capitalista; os agentes históricos dessa mudança existem e devem se pôr em movimento. Com efeito, a construção de uma *práxis* negra revolucionária é condição para destruição do racismo, enquanto *práxis* de dominação. A luta pela eliminação do racismo, pela destruição do capitalismo e pela construção da emancipação humana com igualdade substantiva certamente passará pela construção da sociedade comunista como alternativa à miséria, destruição e violência da formação social capitalista.

Em nossa opinião, a unidade do programa democrático com o programa mínimo será potencializada em suas condições transformadoras se materializadas num programa de transição. O programa de transição é uma ponte entre o programa democrático e o programa mínimo (Trotsky, 2004). A necessidade do programa de transição tem a ver, também, com um projeto de igualdade racial que supere o racismo burguês e o antirracismo policlassista, desarticulando as concepções de racismo e de raça essencialistas.

O programa de transição deve unir a classe trabalhadora em um projeto unitário e isso requer no Brasil, evidentemente, o combate ao racismo. A classe trabalhadora negra e branca devem ter consciência desse passo importante e fundamental. Por essa razão, alguns caminhos são essenciais. O primeiro é contribuir e ser solidário com o processo de construção da identidade negra, do orgulho da história, da ancestralidade e da cultura. O segundo caminho é colaborar e apoiar o desenvolvimento e formação das organizações negras, para enfrentar o racismo. O terceiro, é a solidariedade de classe, pois a classe trabalhadora branca não pode se achar superior à classe trabalhadora negra, nem considerar a desigualdade dos negros e negras como naturais. Devem entender que essa desigualdade, inclusive no interior da classe trabalhadora, é produto do racismo. Tudo isso requer independência de classe e internacionalização da luta negra.

3 PROJETOS IDEOLÓGICOS E A DISPUTA DAS MULHERES NEGRAS

No que se refere à situação que vivem as mulheres negras e a luta por sua emancipação, também não existem consensos: há projetos em disputas. Neste sentido, há concepções liberais-burguesas, reformistas que difundem ideologias da meritocracia, igualdade de oportunidades, empreendedorismo e empoderamento. Essas ideologias se massificaram entre entidades e organizações negras, um exemplo é a ideia de mercado negro difundido pelo *Black Money*, perspectivas pleiteadas também por algumas entidades e organizações negras e feministas.

O Movimento *Black Money* surgiu nos Estados Unidos, difundindo a ideia de empoderamento financeiro dos negros por meio de consumo de produtos e serviços também por negros — uma espécie de circulação da economia e do mercado por pessoas negras para gerar riqueza. É um movimento que tem atuação também no Brasil, busca a “autonomia” das pessoas negras com vistas ao empreendedorismo em áreas consideradas estratégicas, como inovação digital, educação e negócios. Como se observa, essa posição tem ilusão ao sistema capitalista, acredita que é possível, num modelo extremamente excludente, criar um mercado produtor e consumidor para os negros, bem como dessa forma acabar com o racismo. A proposta de empoderamento individual é

liberal e volta-se para as ações cotidianas e particulares e sequer reconhece o conflito existente entre as classes — não há críticas ao capitalismo, ao contrário, reforça-o.

Em nossa opinião, são concepções alheias à nossa classe e à nossa tradição no movimento social, mas tem influenciado uma parte dela. Nessa direção, outros aspectos emergem no marco de disputas ideológicas no movimento. São questões ligadas à identidade e à questão cultural. Debates acerca da identidade negra, da representação e da representatividade têm sido recorrentes no meio acadêmico. Assuntos como apropriação cultural, lugar de fala, colorismo e branquitude estão em cena, estimulando opiniões contra e a favor.

Essa disputa é estimulada pela lógica de mercado num plano estético, midiático e comercial para conseguir patrocínio, que, além de não fazer parte de nossa tradição, estimula a disputa de fenótipos e em favor de um perfil do bem-sucedido, posição contrária da situação real da maioria dos negros no Brasil.

No estudo sobre a mulher negra, tornou-se importante o uso da interseccionalidade, uma espécie combinação na análise das opressões de raça, classe e gênero que atuam juntas e não podem ser tratadas como variáveis independentes. Segundo essa concepção, na estrutura das opressões, há relações de poder que se localizam na vida das pessoas, produzindo desigualdades e injustiças. As opressões combinadas de raça, classe e gênero invisibilizam a mulher negra, inclusive em relação aos direitos; esse processo se reflete na ação política do feminismo e do movimento negro, que também negligenciam as experiências das negras. São relações sobrepostas, nas quais as opressões são separadas e hierarquizadas.

A interseccionalidade foi introjetada nos meios acadêmicos pelo feminismo negro norte americano através das intelectuais Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Ângela Davis, Bell Hooks e outras. Essas intelectuais são conhecidas no Brasil por participarem de conferências e lançamentos de livro, cujo interesse pela temática tem despertado o mercado editorial, bem como tem se observado a aproximação com instituições de ensino, pesquisa e governos, não só do Brasil mas de diversos países. O feminismo negro tem se transformado em movimento transnacional. Intelectuais negras têm sido referenciadas em suas obras, ONGs de mulheres negras no Brasil têm recebido financiamento de instituições imperialistas norte-americanas, como Fundação Ford, para desenvolver programas de direitos humanos etc.

Esse processo se situa no contexto em que estudos de gênero e identidades têm sido acolhidos na agenda política mundial num cenário de crise capitalista, de diminuição do papel do Estado nas políticas sociais e de implementação de políticas de ajuste fiscal em diversos países. Nota-se que entidades feministas e negras passaram a se articular em ações de governos, formulando,

implementando e controlando as escassas políticas públicas, dirigindo-as para negros e mulheres, setores que consideram beneficiários e prioritários no enfrentamento à pobreza.

Essas políticas focalistas estão na base das diretrizes do Banco Mundial, que tem orientado diretamente os países a executarem-nas. Tratados internacionais realizados em conferências mundiais, a exemplo de Beijing em 1995 para mulheres e a do racismo e formas correlatas realizada em Durban – África do Sul em 2001, têm sido instâncias de pactos, mesmo que de maneira formal, para obrigar os países a implementarem as ações da política de gênero e raça.

Cabe destacar que as conferências supracitadas tiveram a participação de mulheres negras, sobretudo através de ONGs. Há registro dessa participação através do dossiê na Revista de Estudos Feministas (2002), que contém vários textos de colaboração ao debate. O intitulado *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero* de autoria de Kimberlé Crenshaw foi considerado um documento central e orientador do debate acerca da interseccionalidade e integra o Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo, Durban, 2001. Nele, a autora mapeia as distintas formas de racismo, grupos vitimados pelo racismo e qual deve ser o tratamento internacional ao tema, bem como o papel dos estados e órgãos da ONU. A proposta parte da ideia de que a interseccionalidade pode ser uma metodologia para interpretar as opressões dentro de uma relação de interação das diversas subordinações.

Patrícia Hill Collins tem criticado as contribuições recentes sobre interseccionalidade, por ignorarem a relação desses estudos com o movimento de mulheres negras, dando-lhe um caráter meramente acadêmico. Ela destaca que a interseccionalidade é parte do movimento social, cita as ativistas e intelectuais negras como Alice Walker, Audre Lorde e Angela Davis que levaram o debate das relações entre raça, classe e gênero para a academia, polemizando as relações e as políticas internas com as sufragistas brancas, e a abolição com homens negros, trazendo à tona o tema da interseccionalidade. Ela também destaca que a visibilidade da história individual ou coletiva de mulheres negras desde a escravidão nos EUA foi possível graças ao feminismo negro. Contudo, Collins tem consciência que a interseccionalidade tem ficado cada vez mais separada do movimento social, tornando-se academicista. Ao nosso ver, esse tema tem sido utilizado por correntes de pensamento como a pós-modernidade, a fala de Kimberlé em evento⁴, realizada no Brasil, atesta nossa suposição:

Acrescento a isso também, um caráter híbrido pessoal: eu sou advogada, uma acadêmica, uma afro-americana, uma feminista, uma estruturalista e uma pós-modernista e creio que o direito está em toda parte e ao mesmo tempo está incompleto (CRENSHAW, 2018, p. 19).

A fala descreve sua ligação à pós-modernidade, sua condição individual de múltiplas referências e seu entendimento sobre direito inserido em vários contextos e situações, bem como precisa de complementariedade. Isso reflete a concepção pós-moderna que caracteriza o mundo e os sujeitos como fragmentados, pois o real é impossível de ser explicado de forma global, conhece-se as partes isoladas. Vale lembrar que a pós-modernidade questiona-se a existência de classe, a materialidade histórica, que considera que o conhecimento é uma construção discursiva, e que nega o proletariado como sujeito social da revolução.

Enfim, a pós-modernidade questiona o marxismo como método de análise, que não serve para analisar a realidade, não fornece respostas às questões sociais porque está ligado a um projeto social amplo de emancipação-poder da classe trabalhadora e construção da revolução socialista. Segundo essa concepção, há muitos poderes que oprimem, ficando difícil se opor a um tipo específico; acredita também em resistências particulares, e por isso defende o protagonismo individual e de setores específicos.

A interseccionalidade definida por Kimberlé ao nosso ver não tem nada de dialético em relação às opressões, ao contrário: se, por um lado, entende que na análise sobre opressões deve-se unificá-las, por outro, identifica a sobreposição delas, tendo menos ênfase na classe. Focaliza a consecução de direitos, por isso a interseccionalidade pode contribuir com a justiça social, daí o foco no indivíduo e nas micropolíticas que ajudam a combater as opressões; com isso pulveriza-se as lutas, suscita-se a desconfiança nas relações interpessoais, retirando o conteúdo da unidade de classe. A unidade passa a ser apenas em relação ao gênero ou à raça/etnia, não importando a classe social.

Alguns defensores da interseccionalidade, sobretudo do meio acadêmico e das ONGs têm tornando o tema das opressões complexos, coisas para especialistas, daí a variedade de conceitos e categorias construídas, o aumento de instituições que têm produzido e difundido informações sobre esse e outros temas, bem como a ampliação da relação com o Estado — cujo objetivo é prestar consultorias para implementar pequenas ações e políticas de gênero e antirracistas. Instituem uma espécie de liderança corporativa, forjam lideranças bem-sucedidas para criar ilusões de empoderamento cotidiano individual e em pequenos grupos. Nas ações políticas e estratégias, buscam estabelecer uma unidade quadripartite entre organismos internacionais, governos, empresas e sociedade civil, pois a reponsabilidade com os problemas sociais é de todos.

A interseccionalidade não tem base no marxismo, apesar de alguns estudiosos buscarem essa aproximação; com isso, queremos, neste Encontro de Mulheres Negras, abrir esta discussão, a fim de que possamos aprofundar o tema. Nesse momento, sugerimos um olhar de crítica na base dessa concepção que tem minado o tema das mulheres negras. Compreendemos e reforçamos a ideia de que o combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia passa pela luta indissociável de

classe/gênero/raça combinada à luta contra o capitalismo — sistema que gera desigualdades e exploração, e que, na sua fase atual de decadência, tende a aumentar a violência, o feminicídio, e o genocídio. Assim, é necessária a organização, a luta e a unidade da classe no enfrentamento a tudo isso, através de um projeto de emancipação humana.

Esta perspectiva se difere da interseccionalidade quanto ao aspecto da junção raça/gênero/classe. Cabe destacar que a questão da violência, do desemprego e do encarceramento são temas abordados por essa perspectiva, considerados como mazelas do sistema. Contudo, não há uma proposta política de superação desse modelo, a saída é individual-empoderamento, empreendedorismo e o deslocamento do eixo de confronto para as disputas no interior dos movimentos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classe dominante branca e o antirracismo policlassista — mesmo sem querer — tratam o racismo de forma despersonalizada, desvinculado da condição de classe e plenamente associado a uma questão moral, intelectual de alguns indivíduos ou do próprio Estado, mas sem seu conteúdo classista. Em nosso artigo, buscamos demonstrar que a luta negra por igualdade racial deve fugir dessa “armadilha da identidade”, para usar a expressão de Haider (2019), e entender que o racismo tem a ver com as relações de produção capitalista e suas instituições de dominação e hegemonia.

Por isso, a luta antirracista revolucionária é tão perigosa para a classe dominante. Por isso que essa classe busca disputar a direção e o significado de ser antirracista. Quem não entende isso, apesar de dizer o contrário, só está reforçando o poder embranquecido da burguesia brasileira.

Os dados oficiais apresentados sobre a realidade social e econômica das mulheres negras no Brasil e no mundo mostram a extrema desigualdade em que vivem, uma questão social que precisa ser estudada, bem como entender a base dessa relação e formas de superação. Desde a colonização, a mulher negra no país é vítima de todas as formas de violência. Foi vítima da violência sexual, transformada em objeto sexual, escravizada, ocupando igualmente aos homens negros o trabalho pesado nas lavouras, na cana-de-açúcar, enfim, para servir.

Contudo, as mulheres negras se destacaram na luta contra o regime escravagistas. Daí temos grandes referências das ancestrais africanas e afro-brasileiras na resistência e nas diversas lutas desde África, passando pelo processo racializado do colonialismo e capitalismo, de partilha da África, do tráfico, da escravidão e da pós-abolição sem reparações históricas até os dias atuais. As mulheres negras organizaram fugas, movimentos emancipatórios, rebeliões, guerrilhas e quilombos; por isso e com orgulho, referenciamos Aqualtune, Dandara, ambas chefiaram o Quilombo de Palmares;

Teresa de Benguela, que liderou o quilombo de Quariterê; e Luiza Mahin, grande liderança da revolta dos Malês. Destacamos o papel das negras como alicerce da cultura africana, em especial da religião de matriz africana.

Nos dias de hoje, diversas organizações, como ONGs, e correntes do feminismo negro na academia e em setores médios da classe têm se orientado com perspectivas ideológicas alheias às tradições de nossa classe e do movimento negro, e buscam atuar influenciando as mulheres sobretudo nas periferias e nos movimentos. É preciso aprofundar sobre a base teórica dessas organizações, bem como disputar as mulheres negras para que de fato se emancipem; para isso, é preciso lutar permanentemente contra o sistema que gera todas as formas de opressão, pois enquanto houver capitalismo haverá resistência.

É fundamental, portanto, desvelar as determinações de raça, classe e gênero na estruturação das desigualdades sociais e da produção da pobreza. Essa é uma atribuição que cabe a todos os movimentos sociais, pois a unidade da classe trabalhadora deve ser uma unidade concreta, que leve em conta as realidades diferenciadas de homens, mulheres, negros e brancos no Brasil. O que a burguesia faz de tudo para esconder, nós devemos escancarar como forma de luta e desestruturação das bases ideológicas do capitalismo. Fazendo isso, nós conseguiremos unir, a exemplo de muitos momentos da história brasileira — como foram os quilombos —, os explorados e os oprimidos, numa ação conjunta contra o capital e seus instrumentos de dominação.

A discriminação racial e o machismo são problemas reais na formação social brasileira, o que dificulta o acesso da classe trabalhadora negra, em especial das mulheres negras, aos direitos sociais e cuidados necessários de forma adequada. Por isso, é fundamental a ação dos movimentos sociais antirracistas na pressão ao Estado para atendimento efetivo das demandas desse grupo, para elaboração e implementação de políticas públicas de recorte racial.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. A amplitude dos desafios: reflexões sobre as origens e os desdobramentos das resistências e das lutas – a dimensão econômica. *In*: AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs.). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003**. São Paulo: Cortez, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas** n.1, p.171-189, 2002.

HOUTART, François. A amplitude dos desafios: reflexões sobre as origens e os desdobramentos das resistências e das lutas – a dimensão social. *In*: AMIN, Samir; HOUTART, François (Orgs.). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TROTSKY, Leon. Balanço e perspectivas, *In: A teoria da revolução permanente*, São Paulo: Sundermann, 2011.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: CIA das Letras, 2012.

SERRA, Emerson. **A saúde da população negra no Sistema Único de Saúde Brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/02/06/a-saude-da-populacao-negra-no-sistema-unico-de-saude-brasileiro/> Acesso em: 26 jun. 2020.